



O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME) NAS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ: o estudo de caso das escolas do Imbé¹

Marcelo Cavalcanti Vianna

Mestrando

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas

Universidade Federal Fluminense (UFF)

I – INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma pesquisa exploratória em torno da implementação do PME Campo com destaque para a oficina da agroecologia em três escolas rurais situadas nos quilombos do Imbé, área rural do município de Campos dos Goytacazes no norte do estado do Rio de Janeiro. Para compreensão do objeto da política educacional levar-se-á em consideração a revisão bibliográfica acerca do debate teórico-conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil de acordo com Klaus Frey (2000), o que o autor chama de policy analysis e as diferentes dimensões na análise. É importante ressaltar que o instrumento de análise de políticas públicas foi pensado em países de democracias consolidadas, deste modo é necessário levar em consideração às peculiaridades das sociedades em desenvolvimento (FREY, 2000).

Empreender uma abordagem acerca das políticas públicas, de maneira geral, significa pensar em instituições de uma sociedade, ou ainda, pressupor a existência de interesses comuns que consolidem e justifiquem a existência dessas instituições.

A ampliação do bem-estar social requer a elaboração de planos de gestão que visem à mitigação de conflitos e obtenção de ganhos, o que poderá resultar no alcance do

¹ Este artigo é resultado do trabalho final da disciplina de Estado e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação (*stricto sensu*) em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF) Campos dos Goytacazes-RJ ministrado pelas professoras Dr^a Maria do Socorro Bezerra de Lima Vanuza da Silva P. Ney e Erica Terezinha Vieira de Almeida.



interesse comum. Caberá sempre ao Estado empenhar-se para alcançar os fins da sociedade, sejam eles no âmbito da educação ou da ordem social (MARSHAL, 1967).

A existência de conflitos sociais, e conseqüentemente, a pressão para solução desses conflitos formará agendas, no âmbito dos Estados. A percepção desses conflitos muda de acordo com os gestores públicos e isto fixará a agenda de diferentes formas. As agendas farão surtir programas de governo que, por fim, tornar-se-ão políticas públicas a partir do momento em que forem institucionalizadas.

Ao evidenciar os indicadores educacionais ao meio rural estes refletem em parte um cenário de descontinuidade ou mesmo de ausência de políticas públicas específicas para as populações rurais no Brasil, principalmente no que tange aos anos de escolaridade da população rural comparada com o urbano. O campo possui ainda um alto índice de analfabetismo rural que chega à 47,5% segundo dados do IBGE². Esse quadro revela como o campo tem sido tratado pelos gestores públicos nas mais diferentes escalas.

Os dados relacionados às populações rurais refletem parte das contradições e conflitos de interesses no que se refere ao processo de universalização da educação básica. As modalidades de ensino foram bastante pautadas ao longo da década de 90 pelos movimentos sociais. Neste cenário a educação brasileira sobretudo em relação à educação do campo, revela algumas fragilidades do sistema político brasileiro em relação a garantia dos direitos. Desse modo, para a análise das políticas públicas em relação às populações rurais e suas especificidades evidencia-se uma característica de fragmentação na abordagem, sobretudo em países em desenvolvimento nas últimas décadas do século XX, pois a discussão é recente no campo da ciência política e administrativa (FREY 2000).

Um exemplo que merece destaque está na desarticulação dos estados com a União, principalmente quando se refere à juventude rural, relaciona-se a saída da juventude rural do campo em busca da continuidade nos estudos na cidade, pois há um hiato na continuidade das políticas. A exemplo, a taxa média de saída da juventude

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



assentada³ acima de 15 anos no Zumbi dos Palmares em Campos-RJ é de aproximadamente 75%. Entretanto, foi somente no Governo Lula é que foram criadas políticas específicas para a juventude rural com a criação da SNJ⁴ na perspectiva do reconhecimento dos direitos sociais, pois a desigualdade que existe no sistema de classes sociais podia ser aceitável desde que a igualdade da cidadania seja reconhecida (MARSHALL, 1967),

2 – O PME E A POLICY ANALYSIS

Para pensarmos o campo e sua complexidade, é preciso pensa-lo para além do espaço apenas como produção de alimentos, ou seja, como espaço produtivo. A lógica do mundo rural, seus saberes e práticas alternativas são importantes na defesa e no fortalecimento da construção de políticas públicas por um outro projeto de campo. Para Fernandes (2004) é pensar o campo como território de vida, de troca de saberes, de vivências, culturas e direitos.

O campo em suas contradições exige na atualidade uma mudança de rumo, de ideias, principalmente no sentido das políticas por produção de alimentos saudáveis, na criação de comunidades sustentáveis e a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano. Para este aspecto é necessário que um conjunto de políticas públicas que se articulem em torno dos atores, pesquisadores e gestores públicos em torno de uma agenda, logo, a política pública é precedida por um conjunto de ações e processos que constroem o campo e a política. Por exemplo, as feiras agroecológicas e a escolinha de agroecologia desenvolvida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 2005 no município. Esta dimensão processual das políticas públicas foi proposta por Jones (*apud* Thoening, 1985) e ilustram a análise processual na construção da política.

A reflexão a respeito do tratamento das políticas públicas para o campo incorpora neste conjunto, estratégias e ações com objetivos de reduzir as desigualdades sociais no campo e construção de uma agenda pública adaptada às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (FREY, 2000).

³ Pesquisa realizada pela Comissão Pastoral da Terra-RJ (2011).

⁴ Secretaria Nacional de Juventude



Segundo Klaus Frey (2000) as investigações no campo das ciências políticas podem ser divididas em três grandes grupos. O primeiro seria composto por aquelas investigações que têm por objeto o sistema político vigente de determinado Estado. Em um segundo grupo, estariam juntas as investigações que analisam as forças políticas cruciais no processo decisório. E por fim, podemos colocar as investigações que questionam os resultados que um sistema político produz.

Ainda, segundo este mesmo autor, a abordagem da “policy analysis” analisa a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política, tendo por objetivo sempre montar um arcabouço teórico das leis e princípios próprios das políticas específicas.

Há três dimensões do cenário político que devem ser destacadas:

- 1) Polity – refere-se à ordem do sistema político;
- 2) Politics – refere-se ao processo político;
- 3) Policy – refere-se aos conteúdos da política.

As disputas e conflitos no campo também se dão torno de um outro modelo (agroecológico) que vai ao encontro da concepção de campo com bases sustentadas na revolução verde. São experiências que possibilitam perspectivas contra hegemônicas no sentido da educação emancipatória e na segurança e soberania alimentar (ARROYO 2004).

Para Frey (2000) o surgimento de novos conflitos acarretou no surgimento de novos atores no cenário político ambiental sendo que, com esta nova reorientação, tornaram-se mais importantes os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos.

Assim, podemos distinguir três novas categorias dentro da “policy analysis”:

- 1) “policy networks”- redes de relações sociais regulares e informais;
- 2) “policy arena”- espaço de configuração do conflito e da negociação;
- 3) “policy cycle”- o ciclo da política.



Destaca-se neste aspecto, o papel dos Coletivos de Agroecologia das Universidades, as parcerias entre as instituições de pesquisa e os movimentos sociais (como no Programa Residência Jovem com ênfase na agroecologia) financiado pelo MDA⁵ e desenvolvido pelo MST⁶ e a FIOCRUZ⁷ entre 2015-2016. Para Frey (2000) as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação, que ele chama de policy arena ou mesmo de um novo elemento na abordagem da policy analysis e a policy cycle que consiste nas modificações que podem ocorrer no processo de elaboração da política como por exemplo a inserção do macrocampo da agroecologia no PME desde 2010.

Os processos decisórios acerca das políticas as quais as populações rurais são submetidas exigem o envolvimento e a interação de diferentes atores que vão desde o executivo, legislativo e principalmente da sociedade na implementação de uma determinada policy. (HECLO, 1978, p.102).

Nesse sentido, se trata dos maiores desafios a definição de interesses comuns em se tratando de políticas públicas e principalmente os segmentos que disputam as políticas da entidade “governo” (LAMOUNIER, 1994)

É neste panorama que o PME se insere na análise à medida que política de ampliação da jornada vai se consolidando nas escolas e redesenhando outros conteúdos da política. Vale ressaltar que a ampliação da jornada é um paradoxo relacionado à política do PME, pois somente na última década cerca de 34 mil escolas foram fechadas na zona rural em todo o país de acordo com dados do IBGE (2010).

Vejamos que sobre estas contradições acerca das políticas do PME e da agroecologia como centro do debate, há em curso outros caminhos percorridos pelos movimentos sociais que pautam, criam projetos, pressionam por programas na perspectiva das políticas públicas em torno da Educação do Campo⁸. Estas ações estão

⁵ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

⁷ Fundação Osvaldo Cruz.

⁸ O protagonismo dos movimentos sociais do campo na negociação das políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluisse suas cosmologias, lutas territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social, o trabalho dentre outros



em permanente disputa no cenário brasileiro, com destaque desde o final dos anos 90. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da análise das políticas públicas enquanto na formulação de regras e estratégias para equacionar e impulsionar o desenvolvimento econômico e social, sobretudo no meio rural. (CALDART, 2004)

Foi no período dos anos 80 que as políticas públicas ganharam bastante visibilidade em razão do planejamento das ações governamentais e adoção de orçamentos equilibrados, sobretudo nos países em desenvolvimento. Souza (2006, p.26) entende por política pública

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real [...].

Ao falar de política pública neste contexto destaca-se a importância do Estado/governo como “agente indutor de desenvolvimento”. Em países caracterizados como o Brasil por democracias não consolidadas que possuem como características instituições frágeis e a coexistência de comportamentos políticos administrativos modernos e tradicionais são objetos de estudos do êxito e fracasso das políticas públicas (FREY 2000).

As políticas públicas são resultados de processos políticos que buscam alinhar as preferências dos agentes individuais com interesse das organizações e instituições. A exemplo, as chamadas públicas para a compra da merenda escolar agroecológica oriundas de assentamentos de reforma agrária e quilombos, além da influência de homens políticos no conteúdo das políticas no sentido de favorecer ou dificultar a implantação da política agrícola e/ou educacional. (FLEXOR e LEITE 2007).

No caso do programa, o artigo abarca uma breve análise da política pública, com destaque para o conteúdo da política do Programa Mais Educação do Campo (PME) no

aspectos locais e regionais que compreendem as especificidades de um mundo rural (Kolling e Molina 1999; Caldart, 2000)



campo da agroecologia implementado nas escolas rurais do Imbé no Distrito de Morangaba, município de Campos dos Goytacazes no norte do estado do Rio de Janeiro e o papel dos agentes que promovem a agroecologia. Frey (2000) enfatiza nesta abordagem que a importância das análises de políticas está pautada no chamado *ciclo político*⁹ onde as redes e arenas políticas podem se modificar no decorrer dos processos de políticas públicas. Assim, a agroecologia vai se redesenhando no PME.

Nesse contexto, ao pensar o papel do PME nas escolas rurais do Imbé cabe ressaltar sobre as implicações em torno da análise do programa e algumas questões que podem revelar quem ganha com a agroecologia na escola. Assim algumas perguntas são suscitadas: por que a agroecologia e quais as diferenças?

Para compreensão tanto da agroecologia quanto ao conteúdo da política pública, utilizar-se-á as referências bibliográficas ministradas na disciplina de “Estado e Políticas Públicas” a partir da contribuição de diferentes autores para analisar o tratamento dado ao macrocampo da agroecologia em três escolas rurais do Imbé.

Para compreender a dimensão da agroecologia na oficina do Mais Educação utiliza-se o conceito de Altieri (1989, p.9) que a define

[...] como base científica para uma agricultura alternativa na perspectiva de superação do pensamento fragmentado, compartimentado, cartesiano em favor de uma abordagem integrada das ciências, dos saberes tradicionais, no modo de vida das populações do campo. A agroecologia, portanto, assume um papel central na articulação das ciências no contexto escolar [...].

Segundo Caporal e Costabeber (2004) a agroecologia proporciona o desenvolvimento de bases científicas para apoiar processos de transição a estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável. Os autores alertam ainda, que não se deve confundir os “estilos de agricultura alternativa” com a agroecologia ou mesmo com agricultura de base ecológica que podem se limitar a partir de seus objetivos a nichos elitizados.

⁹ Segundo Frey (2000) mais um elemento importante para abordagem das análises de políticas é o chamado “policy cycle”. Devido ao fato de que as redes e as arenas das políticas setoriais podem sofrer alterações.



No campo da educação e agroecologia, o contexto dos últimos 40 anos de “aprimoramento”, extensão rural e “capacitação” criou no imaginário das populações do campo um modo de vida assistencial, refletindo-se num campo esvaziado e residual. Segundo Fernandes (1999, p.63)

[...] o movimento por uma educação do campo, recusa a visão de campo como atraso, concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir o *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais [...].

De acordo com Arroyo (2004) é preciso educar para um modelo que “inclua os excluídos”, amplie os postos de trabalho, aumente as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades e avance no sentido direcionar a produção e a produtividade à garantia de uma vida digna para todos, respeitando os limites da natureza e uma das possibilidades no campo é com a agroecologia.

Para análise, o destaque da agroecologia nas escolas rurais é importante a caracterização da área em estudo que possui a delimitação do Parque Estadual do Desengano composto pelo fragmento da Floresta de Mata Atlântica no norte do estado do Rio de Janeiro. A área onde as escolas estão localizadas são frutos do processo de reforma agrária ocorrida no final dos anos 60 e recentemente reconhecidas pela Fundação Zumbi dos Palmares como área remanescente de quilombos. As principais atividades agrícolas e não agrícolas vão desde o avanço da pecuária leiteira e a degradação dos solos que colocam em risco à drenagem do terreno e principalmente à população rural à produção de queijo, assim como a redução das áreas das pequenas lavouras de hortaliças e frutas, o cultivo da mandioca até a presença de pequenas pousadas que dão acesso às cachoeiras e rios da sub-bacia do Imbé.

Em relação à dimensão educacional, o distrito possui 9 escolas rurais sendo 1 de segundo segmento e 8 de primeiro segmento; e 3 creches (CENSO/INEP). As escolas analisadas da região do Imbé foram: 1) E.M Fazenda Opinião – Salvador Benzi; 2) E.M Santa Rita em Sentinela do Imbé e 3) E.M Morangaba em Rio Preto.



A relevância deste estudo reside no fato da agroecologia entrar na agenda das políticas públicas educacionais para as escolas rurais do município, ampliando assim a rede de conhecimentos específicos sobre a temática a troca de experiências agroecológicas entre as comunidades e o enriquecimento nos estudos dos educandos e educandas das escolas.

Vale ressaltar que o modelo de desenvolvimento defendido na agroecologia em torno da Educação do Campo, coloca em destaque um outro modelo de desenvolvimento rural, pois esse modelo prioriza a agricultura familiar camponesa. Porém, a agroecologia em todo momento é bloqueada e inibida enquanto projeto de educação e de campo. Sendo o agronegócio o modelo dominante, protegido pelo Estado, esse modelo nasceu e se consolidou na lógica de mercado retirando das comunidades tradicionais o controle dos processos de suas vidas (FERNANDES 2004).

3 - O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO

O PME é criado a partir de um conjunto de ações e estratégias interministeriais de governo de combate à pobreza e de superação das desigualdades socioeconômicas em curso no país, construído como alternativa na ampliação da jornada escolar de tempo integral, possibilitando a permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade na escola e ampliando a participação cidadã, a garantia de direitos e a construção da democracia brasileira. O PME foi lançado através da Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, e o manual Programa Mais Educação Passo a Passo (MEC/SEB, 2011).

É importante compreender o papel dos programas e a promoção de políticas públicas na área educacional para avaliar quais e que ferramentas e ações possibilitam a superação das mazelas educacionais. Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar e o envolvimento com outros conteúdos são estratégias de desenvolvimento e aprimoramento para que os municípios e estados possam criar políticas próprias.



A política pública foi lançada em 2007, pela Secretaria de Educação Básica – SEB e sua regulamentação também é feita pela SEB, através do PDDE¹⁰, e pelo FNDE¹¹ e informado pelo PAR/SIMEC¹².

A política se propõe a melhorar os índices da educação básica, garantindo proteção integral às crianças, jovens e adolescentes. O PDE, lançado em 2007, tem como principal finalidade melhorar a qualidade da educação brasileira, com o foco na educação básica. Coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MinC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também, da Secretaria Nacional de Juventude, passando a contar, em 2010, com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos territórios educativos (BRASIL, 2011 p.6).

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas, chegando, no ano 2010, a cidades com mais de 90.000 habitantes em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social e educacional, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. Em 2011, sua presença atingiu cerca de 15.000 escolas, incluindo-se municípios com mais de 18.800 habitantes. Em 2014, o Programa Mais Educação já se encontrava em todo território nacional, chegando a 32.000 escolas (p. 8). As atividades desenvolvidas pelas escolas são propostas fomentadas e organizadas nos seguintes macrocampos/atividades (BRASIL, 2014 p.22):

1. Acompanhamento pedagógico (Ciências Humanas; Ciências e Saúde; Etnolinguagem; Leitura e Produção de Texto e Matemática);

2. Agroecologia¹³

¹⁰ Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

¹¹ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

¹² Programa de Ação Articuladas/Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação.

¹³ (canteiros sustentáveis Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida; Uso e Conservação do Solo; Cuidado com animais e Uso Eficiente da Água e Energia.)



3. Esporte e Lazer;
4. Educação em Direitos Humanos em educação;
5. Cultura, Artes e Educação Patrimonial;
6. Memória e História das Comunidades Tradicionais
7. Promoção da Saúde
8. Comunicação e uso de Mídias
9. Investigação no Campo das Ciências da Natureza
10. Educação Econômica

O PME Campo possui dentro de diferentes áreas denominadas por macrocampos as áreas de acompanhamento pedagógico (matemática e letramento) e as áreas relacionadas à cultura, esporte e ambiente o qual se relaciona à agroecologia (hortas e canteiros sustentáveis) e relacionada ao solo e uso da água. O macrocampo da agroecologia específico para as escolas rurais tem por objetivo o desenvolvimento de hortas e canteiros sustentáveis na produção de experiências agroecológicas relacionadas à educação ambiental da comunidade escolar.

Desse modo, promove o conceito e a prática da agroecologia e seus desdobramentos no território escolar rural, entende-se que o modelo da agroecologia enquanto dimensão cultural, econômica e humana se contrapõe às forças econômicas convencionais da política agrícola e agrária em curso no Brasil.

3.1 Sobre o PME Campo, a SMECE e as experiências

O município de Campos dos Goytacazes implantou o PME no ano de 2010 através da assinatura do termo de adesão realizado pela prefeitura em parceria com a União. Os principais critérios para a adesão ao programa estão diretamente ao baixo rendimento escolar levando em consideração os IDEB¹⁴ e a vulnerabilidade social a

¹⁴ Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica



qual as escolas estão inseridas. Nesse período, apenas 12 escolas sobretudo urbanas apresentaram-se no perfil descrito nos termos do programa.

O fato de Campos possuir a maior extensão territorial e o maior número de escolas rurais do estado do Rio de Janeiro, destaca-se de forma ampla análise na implementação e o percurso do PME Campo. A rede possui mais de 150 unidades escolares entre creches e escolas na zona rural. Deste total, a rede possui na zona rural 97 unidades entre primeiros e segundo segmentos.

Em 2016, 108 escolas aderiram ao PME sendo 62 urbanas e 46 rurais. Entre as escolas rurais apenas 08 optaram pelo macrocampo agroecologia.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) iniciou o debate sobre os princípios da Educação do Campo com enfoque na agroecologia no ano de 2009 quando da constituição da Coordenação de Educação do Campo. Posteriormente, através da adesão do Programa Projovem Campo Saberes da Terra a agroecologia também recebeu destaque.

Vale ressaltar que os educadores das ciências agrárias que foram selecionados para atuar no Projovem Campo Saberes da Terra possuíam alguma experiência em agroecologia. Nesse contexto, os gestores, educadores e educandos promoveram Feiras Agroecológicas do Projovem Campo com apoio do Coletivo de Mulheres Camponesas – Regina Pinho (MST); CPT; MPA¹⁵ e EMATER Rio.

No entanto, para analisar o papel da SMECE na construção da política pública Frey (2000),

[...] destaca o papel das instituições, uma vez que elas ordenam as redes de relações sociais, regulam a distribuição de gratificações e posições sociais pela definição de metas e a determinação e destinação de recursos, e finalmente, sendo elas intermediadas por valores, representam a índole espiritual da sociedade como um todo [...]

¹⁵ Movimento dos Pequenos Agricultores



Desse modo, as instituições possuem um papel crucial não só nos padrões de regularização das ações aceitas pelos atores, mas, sobretudo são produtos de processos políticos de negociação antecedente que refletem as relações de poder existentes e podem ter poder decisivos para o processo político à espera de possíveis resultados materiais (Prittwitz, 1994, p.230).

Algumas experiências

Nas três escolas pesquisadas para a elaboração deste trabalho não foram encontradas evidências sobre o desenvolvimento do macrocampo agroecologia. Para exemplo do contexto a E.M. Morangaba, fundada como escola modelo do campo, utilizou-se um espaço para a prática da horta “agroecológica”, entretanto, o tratamento realizado no espaço da escola a partir da observação do pesquisador relacionou-se ao paisagismo da área externa da escola, evidenciando o total desconhecimento da agroecologia como campo do conhecimento e prática de saberes.

De acordo o levantamento realizado junto à gestão municipal, 04 gestoras resistiram a implementar o programa; 01 gestora devolveu o recurso ao FNDE; 06 escolas encontram-se com pendências jurídicas impossibilitando a execução do PME junto à comunidade escolar; 08 gestoras alegaram que estão em obra nas unidades impossibilitando a implementação e 13 gestoras alegaram a falta de estrutura física, embora o programa possa ser executado em parceria em outros estabelecimentos.

Em relação à dimensão econômica cabe ao gestor à aplicação dos recursos públicos específicos enviados pelo FNDE, entretanto, no manual do programa há um item que se refere à implementação do Comitê Local do programa no que se refere ao controle social dos recursos públicos. Em nenhuma das três escolas foi encontrada a documentação do comitê.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo que faz parte de uma pesquisa inicial que se encontra em andamento e tem por objetivo apresentar o contexto da prática e da política pública da implantação do Programa Mais Educação no município de Campos dos Goytacazes/RJ como



alternativa indutora do aumento da jornada escolar e formação do sujeito na sua integralidade nas escolas rurais.

À luz da contribuição da análise conceitual das políticas públicas de Klaus Frey, reconheço os limites das notas acerca do PME em razão do período em que a pesquisa foi iniciada.

No contexto da prática, em relação à implantação do programa na escola, constatou-se uma grande distância entre o texto dos documentos analisados e a prática efetiva no espaço escolar. No entanto, sobre o aspecto prático, as ações do PME são reinterpretadas e recriadas, produzindo efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações no texto do programa original, a iniciar pela concepção de educação do campo, a educação integral e o papel da agroecologia na construção de experiência culturais no seio das escolas. Neste caso, a agroecologia permite e possibilita a superação do conhecimento fragmentado, compartimentalizado e cartesiano em favor de uma abordagem integradora dos saberes na escola (ALTIERI 1989).

Outras questões que apareceram estão relacionadas à infraestrutura física, a escolha das oficinas definidas pelas gestoras sem qualquer participação do Comitê Local do Mais Educação junto aos alunos. Aponta ainda que a gestora do programa desconhece o conteúdo relacionado à agroecologia e suas oficinas. O ponto central é que o Programa Mais Educação Campo não é simplesmente “implementado” no contexto da prática, porém está sujeito à interpretação e, portanto, a “recriação” dentro dos limites e possibilidades dos participantes do programa que podem ser descaracterizados como o caso da agroecologia.

Na dimensão educacional um dos principais limites refere-se à desvinculação da agroecologia com o currículo básico da escola rural. Neste sentido, tanto às práticas quanto a abordagem interdisciplinar nas hortas e canteiros sustentáveis não foram inseridas nos conteúdos aplicados em sala de aula. Outro elemento que merece destaque é a ausência dos conceitos de “campo”, “agroecologia” “agricultura” em todos os “Projetos Político-Pedagógicos” das três escolas pesquisadas.



Entretanto, a escolha pela agroecologia ainda que de forma residual e disciplinar no PME direciona um outro olhar para a função da escola na zona rural, pois ela fornece princípios básicos para estudos integrados, desenhos para agroecossistemas e a conservação dos recursos naturais que são próprias das comunidades rurais. Desse modo, o papel da agroecologia nas escolas rurais indicam mudanças, transições de comportamento no campo no sentido de reelaboração da política (Caporal e Costabeber, 2004).

Outro elemento de destaque para a análise está relacionado ao papel dos atores da gestão escolar, pois são estes que escolhem os “monitores comunitários” para as oficinas, embora haja critérios específicos contidos no manual. Também não foi encontrado o Plano de Atendimento Escolar das oficinas nas escolas.

No que tange análise das dificuldades na implementação da agroecologia pode-se apontar que um dos entraves está relacionado aos gestores das unidades escolares, pois são estes que definem o macrocampo a ser selecionado no SIMEC, revelando assim a centralização na capacidade de influir no processo de construção da política em agroecologia das escolas rurais e a falta de qualificação profissional.

Por fim, resta saber se o Estado e seus entes federados irão assumir as mudanças nas políticas públicas em torno da participação e o controle social a ser realizado pelos segmentos sociais que desenvolvem e promovem a agroecologia em seus territórios, pois a participação da sociedade na gestão dos problemas é condição “*si ne quanon*” para se alcançar a equidade. De acordo com o relato neste artigo, não é o horizonte que se aproxima.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC/SECAD. Passo a passo Mais Educação. Brasília - DF: MEC, SECAD, s/d, 2011.

_____. Portaria Intersetorial nº17/2007 e regulamentada pelo decreto 7.083/10. <http://portal.mec.gov.br>. Programa Mais Educação. Acesso em janeiro de 2017.



BRASIL. Programa Mais Educação – Gestão Intersetorial no Território. Brasília – DF, 2009a.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 2. Ed. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

ARROYO, Miguel. FERNANDES, Bernardo Mançano. A Educação Básica e o Movimento Social no Campo (Por uma Educação do Campo). Brasília, 1999.

ARROYO, M. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, M.; CALDART, R.S. *Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. Escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R.; MOLINA, M. (orgs.). Por uma educação do campo: Petrópolis: Vozes, 2004.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA-SAF-Dater-IICA, 2004. FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS-PPP. Nº 21, Junho de 2000 www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf. Acesso em 14 de dezembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOLLING, Edgar Jorge. CERIOLI, Paulo Ricardo, orgs. CALDART, Roseli Salette. Orgs. A Educação Campo: identidades e políticas públicas. Brasília, 2002. Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n 1, p36-51, jan.-mar. 2002.

LAMOUNIER, B. Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão. Brasília – IPEA, 1994.

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20-45.